



Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Caratúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Tecty Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

Ato da Presidência:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento interno o seguinte Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/97

SÚMULA: Susta os autos do Inquérito Policial contra o Deputado Edno Guimarães.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos do Inquérito Policial nº 41.198-8, da Comarca de Cianorte, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Edno Guimarães.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/97

SÚMULA: Susta os autos da Denúncia Crime contra o Deputado Edno Guimarães.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Denúncia Crime nº 39 Classe 4ª, oficiado pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Edno Guimarães.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/97

SÚMULA: Susta os autos do Pedido de Providência contra o Deputado Edno Guimarães.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos do Pedido de Providência nº 40.522-3, da Comarca de Cianorte, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Edno Guimarães.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/97

SÚMULA: Susta os autos da Queixa Crime contra o Deputado Emerson Nerone.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Queixa Crime nº 41.384-7, da Comarca de

Maringá, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Emerson Nerone.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/97

SÚMULA: Susta os autos da Denúncia contra o Deputado Nereu Alves de Moura.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos de Denúncia nº 94.53933-3, oficiado pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em que é indiciado o Deputado Nereu Alves de Moura.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 019/97

SÚMULA: Susta os autos da Denúncia contra o Deputado Albanor José Ferreira Gomes.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Denúncia nº 22 Classe 4ª, oficiado pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Albanor José Ferreira Gomes.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 020/97

SÚMULA: Susta os autos da Queixa Crime contra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Queixa Crime nº 44.771-2, da Comarca de Curitiba, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/97

SÚMULA: Susta os autos da Queixa Crime contra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica susgado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Queixa Crime nº 48.957-8, da Comarca de Curitiba, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/97

SÚMULA: Susta os autos da Queixa Crime contra o Deputado Emerson Nerone.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica susgado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Queixa Crime nº 41.245-5, da Comarca de Maringá, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Emerson Nerone.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/97

SÚMULA: Susta os autos da Ação Penal contra o Deputado Celso Sâmis da Silva.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica susgado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Ação Penal nº 95.04.17624-0, oficiado pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em que é indiciado o Deputado Celso Sâmis da Silva.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 024/97

SÚMULA: Susta os autos da Ação Penal contra o Deputado Ricardo Jota Chab.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica susgado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Ação Penal nº 40.705-2, da Comarca de Curitiba, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Ricardo Jota Chab.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 025/97

SÚMULA: Susta os autos da Ação Penal contra o Deputado Edgar Bueno.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica susgado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Ação Penal nº 43.900-9 da Comarca de Cascavel, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Edgar Bueno.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/97

SÚMULA: Susta os autos da Ação Penal contra o Deputado Nelson Tureck.

DATA: 09 de outubro de 1997.

Art. 1º - Fica susgado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Ação Penal nº 95.04.17619-5, oficiado pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em que é indiciado o Deputado Nelson Tureck.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.97.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1997.
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Accorsi e Luiz Carlos Alborghetti.

O Senhor Presidente Neivo Beraldin, deixou de abrir a presente sessão, por falta de quórum, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 360, 369, 456 e 457/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 042 e 248/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 408, 497 e 500/97.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos sete dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do

Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Dullio Genari, Élio Lino Rusch, José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier, Toti Colaço, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, José Tavares, Basílio Zanusso e César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 405/97 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 02) Projeto de Resolução nº 017/97 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. CONCEDIDO VISTAS para o Deputado César Seleme; 03) Projeto de Lei nº 375/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. CONCEDIDO VISTAS para o Deputado José Maria Ferreira. O Deputado Florisvaldo Fier solicita a palavra para chamar a atenção dos Deputados com relação a estas disposições, que já se encontram em lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente, não havendo necessidade do presente projeto de lei. O Senhor Presidente solicita à esta Secretária a juntada de cópia do Estatuto da Criança e do Adolescente a este projeto de lei e lembra que muitas vezes já existe lei regulamentando, mas os órgãos competentes não as cumprem; 04) Projeto de Lei nº 501/97 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 511/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 432/97 de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 293/97 de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk e Caio Quintana. O Deputado Relator César Seleme, REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 08) Projeto de Lei nº 338/97 de autoria dos Deputados Aníbal Khury e Luiz Carlos Alborghetti. O Deputado Florisvaldo Fier solicita que seja registrado em Ata seu voto contrário ao parecer. O Deputado José Maria Ferreira solicita cópia do projeto, bem como os Deputados Basílio Zanusso e Florisvaldo Fier. O Senhor Presidente determina seja entregue cópia aos Deputados e coloca em votação o parecer favorável na forma da emenda, do Deputado César Seleme - APROVADO, com voto contrário dos Deputados José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier e Basílio Zanusso; 09) Projeto de Lei nº 478/97 de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 495/97 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 550/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - REJEITA-

DO por unanimidade. O Senhor Presidente coloca em votação o voto em separado contrário do Deputado Florisvaldo Fier - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 506/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer contrário do Deputado Florisvaldo Fier - APROVADO. O Deputado José Maria Ferreira pede a palavra e solicita que seja registrado em Ata o seu protesto em função da última reunião extraordinária, onde começou e encerrou antes do horário marcado, aprovando parecer a um projeto do Governo. Não foi permitido que esta Comissão de Constituição e Justiça cumprisse com sua finalidade. Diz respeitar à pessoa do Senhor Presidente, mas discorda do procedimento da Presidência naquela reunião. Tal procedimento só merece a Comissão de Constituição e Justiça e o trabalho desta Presidência. O Deputado Florisvaldo Fier concorda com o Deputado José Maria Ferreira, pois chegou um minuto antes do horário marcado e os trabalhos já haviam encerrado. O Senhor Presidente diz que está registrado e lembra que pode ter ocorrido este equívoco, mas no seu relógio marcava 13:33 horas quando encerrou os trabalhos. Diz que normalmente a CCJ costuma aguardar de 10 a 15 minutos para que seja dado quórum, mas que naquele dia havia número suficiente para o início da reunião e como era uma só matéria e de interesse dos municípios do interior do Paraná, foi colocada em votação. 13) Projeto de Lei nº 042/97 de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 408/97 de autoria do Deputado Nivaldo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 497/97 de autoria do Deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 500/97 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 248/97 de autoria do Deputado Dullio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 493/97 de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dullio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 392/97 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, que para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lucia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lucia Andretta - Secretária

CARLOS SIMÕES

Assinaturas legíveis